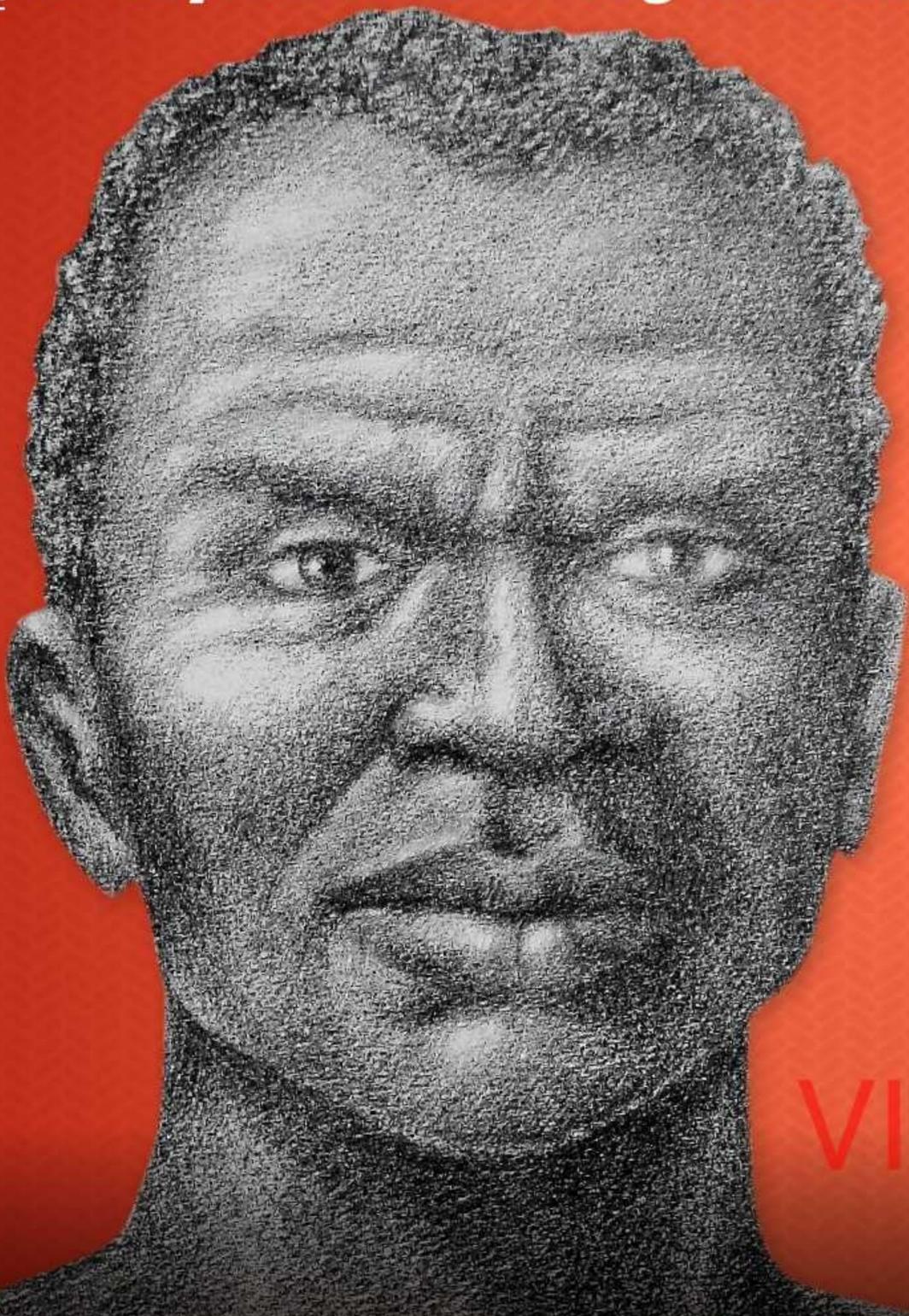


# HISTÓRIA DA ESCRavidÃO

**HISTÓRIA**  
EM FOCO

*Os reflexos da exploração e os impactos da desigualdade*



*Zumbi foi líder do maior quilombo brasileiro, localizado no município União dos Palmares, em Alagoas*



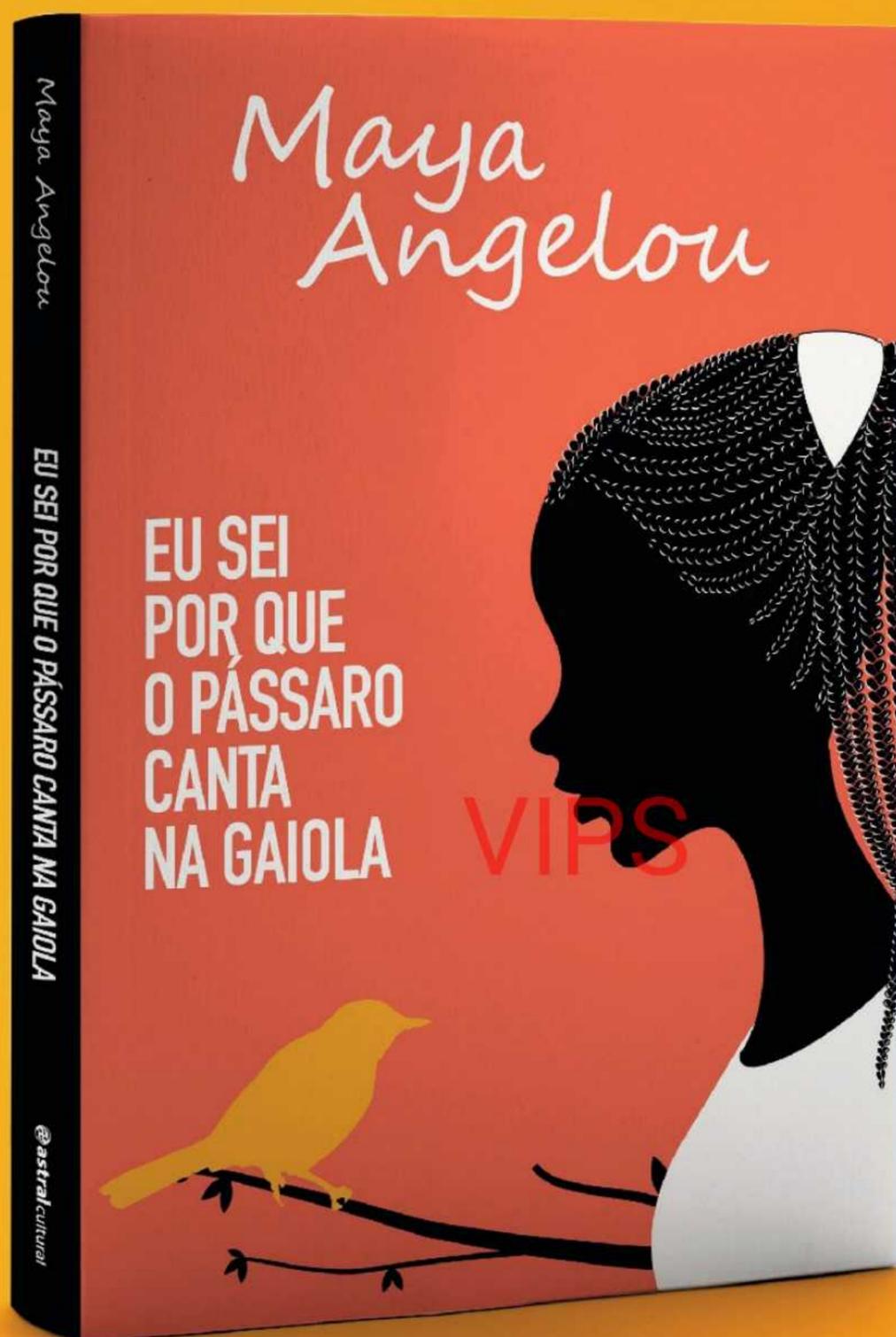
*A rainha quilombola Teresa de Benguela coordenou a reação aos bandeirantes de 1730 a 1795*

*Aqualtune era filha do rei do Congo. Por aqui, lutou por liberdade e a favor das mulheres negras*

# RESISTÊNCIA NEGRA

**Zumbi dos Palmares, Dandara, Teresa de Benguela e outros nomes que simbolizam os verdadeiros representantes da luta pela abolição no Brasil**

AS LEMBRANÇAS DOLOROSAS  
E AS DESCOBERTAS DE ANGELOU ESTÃO  
CONTIDAS E ETERNIZADAS NAS PÁGINAS  
DESTA OBRA DENSA E NECESSÁRIA.



Disponível  
nas melhores  
livrarias



# Viver é. resistir

**N**em sempre as histórias são contadas como realmente aconteceram. Na verdade, há muito sobre o que não sabemos ou conhecemos apenas uma versão. Com o passado dos negros no Brasil é assim: afinal, a Princesa Isabel foi realmente a responsável por livrá-los de uma vida difícil, humilhante e mortal? Quantos personagens desse enredo foram esquecidos? O cientista social e mestre em história social Hílário Ferreira confirma: “vivemos numa sociedade que preservou a estrutura racial do sistema escravista e que se utiliza do racismo como ideologia de poder para garantir que os descendentes dos africanos continuem em situação subalterna e marginalizados. As referências ao belo são todas associadas ao branco. Portanto, o resgate dessas histórias possui um impacto positivo na formação de uma criança negra, por exemplo”. E é justamente esse o nosso objetivo com a nova edição de **História em Foco – História da Escravidão**, impactar positivamente seus conhecimentos a respeito de um período importantíssimo da história, assim como apresentar seus desdobramentos, que resultaram em desigualdade e necessidade de reparação. O passado, quase sempre, serve para ensinar a não repetir erros no futuro. É o nosso dever!

Boa leitura!  
A redação

CAPA

Produção Gráfica Ana Paula Maldonado  
Imagens Wikimedia Commons e Reprodução

## ÍNDICE

3 Personagens da resistência

8 A verdade sobre o 13 de maio

10 Revolta dos Malês

13 Movimento negro

16 Apropriação cultural

18 Indicações de leitura



# Protagonistas da resistência

**É um grande equívoco pensar que a abolição foi encabeçada por brancos. Mulheres e homens negros sempre estiveram à frente dessa luta**

**Texto** Carolina Firmino e Érica Aguiar  
**Design** Ana Paula Maldonado

No Brasil, muito antes de a Lei Áurea ser aprovada, alguns escravos e descendentes de africanos trazidos à força para o território nacional deixaram marcas em nossa história – seja por meio de revoluções ou ajudando outros indivíduos a se libertarem. Aqualtune, Dandara dos Palmares e Teresa de Benguela, por exemplo, “que não temos dúvida, ao chamar de heroínas, nos ajudam no entendimento de que a luta de resistência à escravidão e, consequentemente, ao racismo, não é uma exclusividade nem branca, nem masculina”, salienta Oswaldo Faustino, jornalista, escritor e integrante da Cojira – Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de S.

Paulo. Ele afirma que nomes como os de Joaquim Nabuco, Castro Alves, Rui Barbosa, Antonio Bento, entre outros, geralmente são os destaques da lista dos abolicionistas nos livros de história. “Raramente se lembram de José do Patrocínio, Luiz Gama, André Rebouças, Francisco de Paula Brito, Ferreira de Menezes”, diz. Esses personagens foram marginalizados durante muito tempo, e encontrar representações fieis à sua imagem nem sempre é possível. Mesmo assim, nossa missão aqui é apresentar alguns deles, com sua devida importância e grandeza.

## *Zumbi dos Palmares*

Depois que o Quilombo dos Palmares se tornou uma “nação autônoma”, que resistiu aos ataques de colonizadores e militares por mais de 30 vezes, o governador da Capitania de Pernambuco, ainda no final da década de 1670, propôs um acordo em que o estado reconheceria a liberdade de todos nascidos no local e daria permissão para que utilizassem as regiões ao norte de Alagoas. Porém, teriam que se submeter às regras da Coroa Portuguesa. Na época, Ganga-Zumba era o líder da comunidade e acatou ao que foi proposto no chamado Acordo de Recife. No entanto, a “parceria” não ocorreu. Por conta do descontentamento de outros quilombolas, foi envenenado e faleceu. Assim, Zumbi – seu sobrinho – assumiu

o cargo de liderança de Palmares, no estado de Alagoas. Diferente do tio, não era a favor de negociações com autoridades. As forças governamentais, então, passaram a agir com mais violência em 1694. Alguns moradores fugiram, mas Zumbi foi capturado durante uma invasão organizada pelo bandeirante Domingos Jorge Velho. Com extrema habilidade, também escapou – mas seu destino não seria feliz no ano seguinte. Traído, Zumbi foi surpreendido pelo capitão Furta-do de Mendonça, morto e decapitado. Como prova, sua cabeça foi levada ao Recife e exposta em praça pública.

Muito se fala sobre uma possível imagem controversa de Zumbi como um líder tirano, que também possuía seus escravos. Porém, Oswaldo Faustino garante que essa não é uma pauta da comunidade negra. “Se Ganga Zumba e depois Zumbi reinaram com mãos de ferro, certamente, eram motivados pela sobrevivência do quilombo. Uma pessoa que caísse nas mãos das forças representantes da Coroa Portuguesa, ou a eles se entregasse, poderia fazer revelações que acabariam como todo o esquema de segurança, como ocorreu em 1695. Quanto aos escravizados pela liderança quilombola, sempre perguntei aos pesquisadores sobre a documentação consultada: quem a produziu? O que há de veracidade e qual o seu intuito?”, questiona.



# Palavras com propósito

Alguns nomes relacionados à imprensa foram fundamentais no enfrentamento do sistema escravocrata

.....

## André Rebouças

Chegou ao Rio de Janeiro ainda criança, mais tarde foi alfabetizado e encaminhado à escola militar. Seu engajamento com a causa abolicionista surgiu apenas em 1880, quando, ao lado de José do Patrocínio e Joaquim Nabuco, criou a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão. Ao lado dos amigos, redigiu o Manifesto da Confederação Abolicionista, um dos mais importantes sobre o tema. Morreu longe do Brasil, depois de fugir para Portugal acompanhando Dom Pedro II – com quem tinha amizade – durante o exílio.



IMAGENS Wikimedia Commons e Reprodução

## Luiz Gama

Sua história está diretamente ligada à organização de levantes de escravos na Bahia, apesar de ser filho de uma escrava livre – Luisa Mahin – e um branco, pelo qual foi vendido como pagamento de uma dívida de jogo. Depois de ser alfabetizado, percebeu que sua condição era ilegal e fugiu para a cidade, conquistando sua liberdade por vias judiciais. Estudou direito



por conta própria e, mesmo sem diploma, passou a defender escravos nos tribunais. Sua produção literária abolicionista também ficou conhecida, sendo considerado o patrono da Abolição da Escravidão do Brasil desde 2018.

.....



## Francisco de Paula Brito

Ativista, foi ainda precursor da imprensa negra no Brasil e o primeiro a levar a questão racial para o debate político. Proprietário de uma tipografia no Largo do Rossio (hoje a Praça Tiradentes, no Rio de Janeiro), deu voz a muitos autores, publicando

artigos principalmente daqueles que estavam excluídos do poder. Curiosamente, foi o primeiro editor de Machado de Assis.

.....

## Ferreira de Menezes

Não existem muitas informações sobre sua trajetória, mas sabe-se que ele foi filho de escravos e dono do jornal carioca *A Gazeta da Tarde*, única publicação abolicionista da época, além de muito popular. Depois do falecimento de Ferreira, José do Patrocínio se tornou o responsável pelo periódico.



# Guerreiras à frente do tempo

A realidade atual de mulheres negras no Brasil torna difícil a tarefa de imaginá-las com algum poder no contexto da abolição. “Se os homens, por serem negros, já são listados como coadjuvantes, quem dirá as mulheres, em

especial as quilombolas”, aponta Oswaldo. Racismo, machismo e sexismo ainda não são barreiras superadas, e a luta por respeito, igualdade e reconhecimento é diária. Pela vida também: de acordo com as conclusões do seminário Mulheres Negras Movem o Brasil: visibilidade e oportunidade, promovido pela Câmara dos Deputados em 2018, são elas as maiores vítimas de feminicídio no país. Não houve trégua. No

entanto, a atuação feminina foi determinante na linha de frente da resistência durante a escravidão e simbolizou a rebeldia e a ousadia. “Conhecer a biografia destas mulheres nos mostra o quanto ainda é necessário realizarmos pesquisas referentes ao seu protagonismo na luta pela liberdade”, afirma Carolina Ferreira, historiadora formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.



## Aqultune

Princesa do Congo, liderou um grande combate em defesa de seu povo. As datas são inconsistentes, mas acredita-se que no século XVII ela tenha sido responsável por um exército de 10 mil homens e mulheres contra os jagas – um grupo de mercenários enviados por traficantes de escravos que lhe comparavam mercadorias.

Com a derrota congoleza, foi aprisionada e trazida por um navio negreiro até o Brasil, chegando ao Recife em 1597, mesmo ano em que um grupo de escravos fugidos chegou à Serra da Barriga, local onde nasceria o Quilombo dos Palmares. Aqultune estava grávida quando foi vendida como reprodutora e levada a uma fazenda na região de Porto Calvo. Foi lá que ela ouviu histórias sobre esse reduto de negros livres e – motivada pela personalidade gladiadora e por experiências anteriores – coordenou uma fuga bem-sucedida até o quilombo. A princesa-guerreira mostraria sua excelência ao receber uma aldeia para comandar a partir de seus conhecimentos políticos e estratégicos. Mãe de Ganga Zumba e Gana Zoa, também deu à luz Sabina, a mãe de Zumbi. Não se sabe a data exata de sua morte, mas a filha do rei do Congo mostrou sua bravura e importância também em terras tupiniquins.





### Dandara

Não existem registros sobre seu nascimento, mas o fato é que ela foi um dos principais nomes à frente do maior local de resistência negra durante a escravidão no Brasil, o Quilombo dos Palmares. Muito além de ser a esposa Zumbi e a mãe de seus três filhos – Motumbo, Harmódio e Aristogíton – era tão líder quanto o marido. Dandara não somente participou da elaboração de estratégias para defender o quilombo, como também lutou nas batalhas contra o sistema escravocrata do século XVII. Com uma trajetória cercada de incertezas, relatos sobre sua morte contam que ela teria se jogado de uma pedra ao abismo para não se entregar às forças que invadiram e destruíram as aldeias de Palmares. Reconhecida hoje como referência no movimento feminista negro, carrega a imagem de uma mulher forte e determinada a ser livre.

IMAGENS Wikimedia Commons e Reprodução

### Teresa de Benguela

A rainha do Quilombo de Quariterê – que ficava na região do Vale do Guaraporé, em Vila Bela de Santíssima Trindade, onde hoje é o estado do Mato Grosso – reagiu à escravidão durante duas décadas. Assumiu o lugar, que chegou a abrigar 300 pessoas e incluía índios e mestiços, depois da morte do marido, José Piolho. Teresa promoveu diversas mudanças: antes, o grupo se mantinha a partir da agricultura de subsistência e de pequenas trocas com outras comunidades, e a defesa era baseada na força física da capoeira. Aos seus cuidados, ela inovou ao criar uma espécie de Parlamento e um complexo sistema de defesa. A rainha mantinha o quilombo sob pulsos firmes, como aponta a pesquisadora Edir Pina Barros no artigo *Quilombos: Resistência Negra em Mato Grosso*. Ela chegava a aplicar duros castigos como enterramento vivo, fraturas nas pernas e enforcamento, caso a segurança e a existência do quilombo fosse colocada em risco. No Anal de Vila Bela do ano de 1770, consta que Teresa foi capturada e levada à prisão junto daqueles os quais estiveram sob seu comando. Ali, “lhe diziam estas palavras injuriosas, de forma que, envergonhada, se pôs muda ou, para melhor dizer, amuada. Em poucos dias expirou de pasmo. Morta ela, se lhe cortou a cabeça e se pôs no meio da praça daquele quilombo, em um alto poste, onde ficou para memória e exemplo dos que a vissem”, registra o documento colonial.

VIPS



#### CONSULTORIAS

Carolina Ferreira, historiadora formada pela UFRJ e pós-graduada pela Cândido Mendes;

Oswaldo Faustino, jornalista, escritor e integrante da Cojira – Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de S. Paulo;

#### FONTES

Coleção *Percepção da Diferença – Negros e Brancos na História*, desenvolvida pelo Núcleo de Apoio a Pesquisas em Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro, da Universidade de São Paulo – USP;

**Artigos** *Negros do Guaraporé: o sistema escravista e as territorialidades específicas*, de Emmanuel de Almeida Farias Júnior;

*Quilombos: Resistência Negra em Mato Grosso*, de Edir Pina Barros.



# MUITO ALÉM DA "canetada"

Tardio e gradual, o processo de abolição da escravidão no Brasil marcou o dia 13 de maio como uma data para refletir, e não para comemorar.

VIPS



**A**ssinada em 13 de maio de 1888 pela então princesa regente Isabel, a lei nº 3.353 – mais conhecida como “Áurea” – possuía apenas dois artigos. Em seu trecho principal, declarava “extinta, desde a data desta Lei, a escravidão no Brasil”. A brevidade da ordem, porém, escondia um longo processo de pressões internas e externas, tanto econômicas quanto sociais. Além, é claro, das lutas e resistência por parte dos escravos em terras tupiniquins – sendo que muitos deles pagaram o preço da liberdade com suas próprias vidas.

Diante do contexto, não é à toa que a abolição é um dos aspectos mais polêmicos do sistema escravista brasileiro. Isso porque a visão que prevaleceu até pouco mais da metade do século XX mostrou-se distorcida em muitos pontos. Pode-se discutir se Isabel apenas cumpriu a burocracia com uma “canetada” ao assinar a lei, ou se, de fato, teve seus méritos. Afinal, ela desafiava publicamente os escravocratas e era próxima de abolicionistas notórios, como Joaquim Nabuco, André Rebouças, José do Patrocínio e o senador Sousa Dantas.

Contudo, a historiografia recente já aponta a abolição não sendo apenas uma vitória exclusiva do movimento abolicionista, que teria como protagonista uma princesa branca e redentora. Na prática, o triunfo ocorreu, principalmente, por conta das rebeliões de escravos e formação de inúmeros quilombos que se multiplicavam no período em questão, conforme explica Carolina Ferreira, historiadora formada na UFRJ. “A Lei Áurea, votada pelo Senado do Império e outorgada pela princesa, é uma lei importante, mas que chegou numa hora em que o sistema escravocrata brasileiro já estava bastante esfacelado. Além de milhares de quilombos (fala-se em mais de 3 mil Brasil afora), havia uma quantidade grande de rebeliões de cativos, um número imenso de libertos – quer

pela compra de cartas de alforria, quer pela liberdade conquistada na justiça por advogados, como Luiz Gama –, além dos beneficiados pelas leis abolicionistas que antecederam a de 13 de maio de 1888, como as leis do ventre livre e dos sexagenários”, afirma a especialista.

### *Exclusão social*

Tão grave quanto ter os méritos dos escravos alijados pela historiografia oficial foi o fato de que a “liberdade” não veio acompanhada de políticas públicas. Afinal, além da carta de alforria, os recém-libertos precisavam ter garantias de acesso à terra, ao direito de escolher onde e como trabalhar, de poder circular livremente pelas cidades sem que as autoridades os perseguissem e de realizar manifestações culturais, como o culto aos deuses africanos – em síntese, tudo o que a cidadania plena proporcionaria.

Segundo Hilário Ferreira, professor de serviço social, graduado em ciências sociais e mestre em história social, os impactos dessa política discriminatória são testemunhados ainda hoje na desigualdade social do país. “A atual situação de negros e negras no Brasil é retrato de que nada mudou para os descendentes daqueles. Deixaram de ser escravos, mas continuaram a ser marginalizados na nova sociedade que surgiu pós-abolição”, argumenta o profissional.

### *Um novo marco*

No período republicano seguinte à assinatura da Lei Áurea, o movimento negro, gradualmente, passou a engendrar diversas estratégias de inclusão na política, cultura e mercado de trabalho, bem como a própria luta contra o racismo. Assim, em 1971, mais de oito décadas após a abolição, o Grupo Palmares, fundado por seis universitários negros de Porto Alegre (RS), decidiu rever um importante fato histórico: criar uma data comemorativa em confrontação ao 13 de

Maio, que marca o fim da escravatura.

“Os militantes dos movimentos contra o racismo perceberam que a data do 13 de maio de 1888 não merece ser comemorada, mas sim discutida, pois não representa a totalidade do processo”, explana Hilário. Dessa forma, com o intuito de estabelecer uma data verdadeiramente representativa, um conjunto de grupos e entidades articulou uma reunião na cidade de São Paulo, em junho de 1978, cujo resultado foi a criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial. O nascimento do MNU, como ficou conhecido o coletivo, significou um fortalecimento do poder político do movimento negro.

Uma das primeiras decisões foi resgatar as ideias surgidas anos antes, na origem do Grupo Palmares. Assim, o 13 de maio foi transformado em Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo, enquanto a nova “celebração” escolhida pelo MNU foi o 20 de novembro. Provável dia da morte do líder Zumbi dos Palmares, a data foi eleita como Dia Nacional da Consciência Negra.

Os ativistas justificavam a seleção de Zumbi como símbolo da resistência com o seguinte lema: “Zumbi vive ainda, pois a luta não acabou”. Espelhado na experiência norte-americana, que tem um feriado em homenagem a Marthin Luther King (19 de janeiro, dia do seu nascimento), imaginou-se que, no Brasil, devia-se pensar em uma data histórica que sintetizasse a batalha dos negros contra a escravidão e as condições desumanas que essa população viveu. Além, obviamente, de refletir sobre o espaço, os desafios e os problemas que essa parcela da sociedade ainda convive.

#### **CONSULTORIAS**

Hilário Ferreira, professor de serviço social, graduado em ciências sociais e mestre em história social;

Carolina Ferreira, historiadora formada pela UFRJ e pós-graduada pela Cândido Mendes.



# Subestimados

Esquecidos pela historiografia durante muito tempo, os escravos muçulmanos tiveram papel importantíssimo na luta pela liberdade e na diversidade cultural brasileira

**Texto** Gabriel Jaquer/Colaborador  
**Entrevistas** Carolina Firmino  
**Design** Ana Paula Maldonado

**E**m 1835, na madrugada do dia 25 de janeiro, as ruas de Salvador (BA) foram palco de uma revolta que reuniu cerca de 600 africanos – escravos e libertos –, marcando a data com o maior levante urbano de escravos da história do Brasil, a Revolta dos Malês.

Na época, eram chamados de malês, ou nagôs, os escravos de etnia islâmica que vinham da África Ocidental. “Estes escravos muçulmanos sabiam ler e escrever em árabe”, afirma a historiadora Carolina Ferreira. Esse fato foi decisivo no planejamento e alcance

da revolta, uma vez que o árabe não era conhecido pelos brasileiros.

## Cultos conspiratórios

Como a legislação da época proibia o culto de qualquer religião que não fosse a do Estado, ou seja, o catolicismo, outras práticas religiosas se mantinham marginalizadas, ocorrendo em encontros às escondidas. Os escravos de regiões rurais não tinham liberdade suficiente para escapar da vista das autoridades com frequência, mas a realidade nas cidades era diferente.

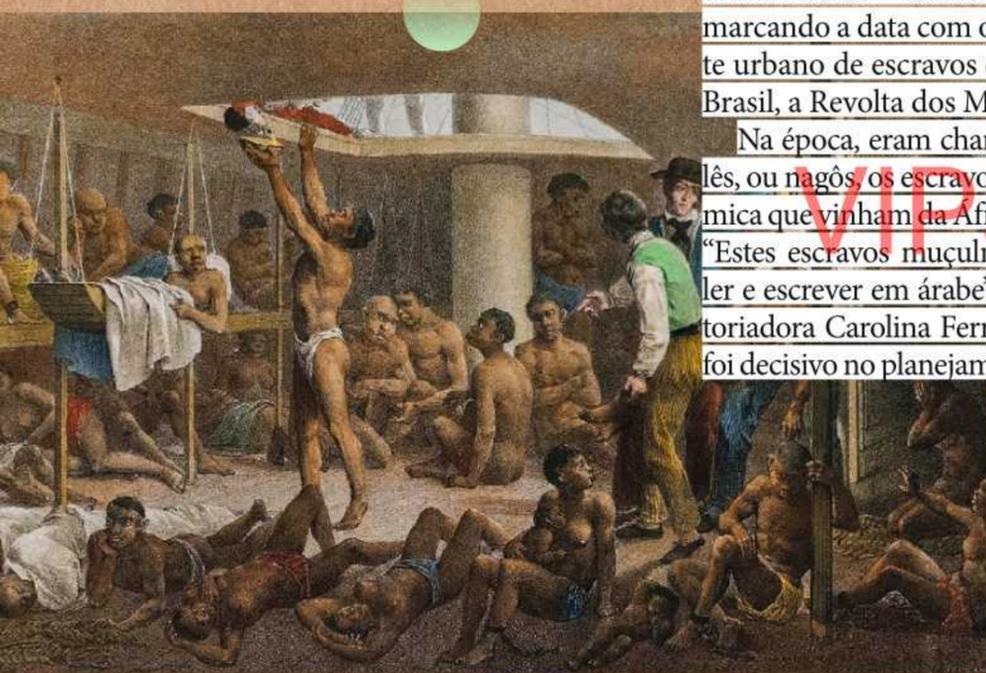


IMAGEM Reprodução

Navio negreiro, imagem em tela de Johann Moritz Rugendas (1830).

“Na escravidão urbana os cativos gozavam de maior independência do que na escravidão rural, e isso facilitou muito a organização do movimento de 1835. Em geral, os escravos percorriam por toda a cidade trabalhando para seus próprios senhores ou, principalmente, contratados por terceiros para serviços eventuais. Muitos escravos sequer moravam na casa senhorial”, explica o historiador João José Reis, na obra *Rebelião Escrava no Brasil - A História do Levante dos Malês em 1835*. Esses cativos eram conhecidos como “negros de ganho”.

Essa independência favorecia os escravos muçulmanos que queriam manter viva a fé em Maomé, já que a fiscalização era menor. Chefes religiosos, chamados de alufás, começaram, então, a se reunir com outros cativos de origem muçulmana para celebrar datas de comemoração da religião, ler trechos do Corão e fazer orações. Uma vez que o islamismo tem caráter messiânico, também convidavam outros escravos, que deveriam aprender a ler para poder acompanhar os escritos sagrados. Era o ambiente perfeito para conspirar uma revolta.

### **Levante**

Na noite do dia 24, cerca de 60 malês, liderados por Manuel Calafate, se reuniram para aguardar o amanhecer, quando saíam às ruas.

No entanto, “um dos integrantes delatou o movimento às autoridades, e a repressão foi brutal”, relata Carolina. Ainda na madrugada do dia 25, policiais foram até o local onde ocorria a reunião, mas não conseguiram prender os conspiradores: todos se espalharam pelas ruas de Salvador e começaram a chamar por outros escravos e libertos, enquanto um grupo se destinava à Praça do Palácio, onde ficava a cadeia da cidade.

A intenção inicial era tomar as armas dos policiais e soltar Pacífico Licutan, importante alufá e, segundo Carolina, um dos líderes da revolta,

que estava preso (ou “confiscado”) como pagamento de dívidas do patrão. A tentativa falhou e, então, o levante se dispersou, tentando reunir mais pessoas na luta. Assim, gritando por ajuda, o grupo inicial passou de 60 para cerca de 600 pessoas. É um número extenso para a época, visto que alguns historiadores

estimam que a Bahia possuía em torno de 65 mil habitantes apenas – em contraste com os 14,8 milhões contados no censo do IBGE em 2018.

Mesmo contando com tantas pessoas, a Revolta dos Malês foi uma luta de espadas, lanças e porretes contra as armas de fogo da polícia. Enquanto tentavam alcançar um ponto onde poderiam encontrar mais reforços, foram encurralados perto de um quartel de cavalaria, onde aconteceu

o último embate. Os malês foram massacrados: cerca de 70 foram mortos, enquanto os outros foram presos, punidos ou até deportados (no caso dos libertos). Segundo João José Reis, as autoridades usavam a posse de papéis malês como prova de rebeldia, de maneira que muitos inocentes também foram presos.

### **Consequências**

No livro *Rebelião Escrava no Brasil - A História do Levante dos Malês em 1835*, João Reis aponta que os indícios levam a pensar que os revoltos, caso vitoriosos, teriam transformado a Bahia em uma nação muçulmana, onde todos os nascidos no Brasil – incluindo negros e mulatos – seriam mortos ou escravizados. Segundo Hilário Ferreira, historiador social e professor de serviços sociais, alguns objetivos do levante eram o “fim do regime escravocrata, direito de liberdade ao culto baseado na religião islâmica, fim da imposição da religião católica, confisco dos bens dos brancos e mulatos, criação de uma república islâmica”.

De qualquer maneira, o legado que os malês deixaram é extenso e rico, e a revolta gerou consequências que, à época, foram sentidas por todo o Brasil. “A Revolta dos Malês influenciou uma grande quantidade de revoltas pelo fim da escravidão na Bahia”, conta Carolina Ferreira. E o medo se alastrou: “havia o medo branco da rebeldia negra africana, provocada pela Revolução do Haiti, do Quilombo de Palmares e agora da Revolta dos Malês”, completa Hilário.

**O legado que os malês deixaram é extenso e rico, e a revolta gerou consequências que, à época, foram sentidas por todo o Brasil.**

VIPS



“Devido ao racismo presente na sociedade brasileira, durante um bom tempo a Revolta dos Malês foi ignorada pela historiografia”



partir do termo Insha'Allah, que significa “se Deus quiser”, em árabe.

Além disso, culinária e vocabulário apresentam diversas contribuições da cultura muçulmana. Muitas das palavras que começam com al, seguidas de consoante, e aquelas iniciadas com x têm origem árabe, por exemplo: algarismo, almanaque, xadrez, xarope. Pratos como o arroz de hauçá e o sírio também são heranças dessa cultura.

IMAGEM Reprodução

O professor também afirma que, “a partir do momento que houve o controle da situação onde o movimento foi reprimido, iniciou-se em todo o Império uma intensificação de controle dos africanos e a criação de códigos de posturas que procuravam vigiar, controlar e proibir qualquer conversa entre africanos e/ou escravizados em qualquer lugar por um curto espaço de tempo”.

### **Rico legado**

Carolina Ferreira afirma que a Revolta dos Malês influenciou uma grande quantidade de revoltas pelo fim da escravidão na Bahia. Além disso, o legado que a cultura muçulmana deixou no Brasil é extenso e pode ser facilmente notado até hoje, mesmo que, segundo a historiadora, “devido ao racismo presente na sociedade brasileira, durante um bom tempo a Revolta dos Malês foi ignorada pela historiografia”.

O abadá, por exemplo, que é uma espécie de camisolão folgado na cor branca, é uma vestimenta típica muçulmana, hoje usada nos cultos de candomblé e umbanda, assim como o filá, que teria dado origem aos turbantes brancos usados nas duas religiões – o que difere das roupagens coloridas da tradição africana. Essas vestimentas, inclusive, foram usadas pelos malês no dia do levante.

Há indícios de que até Oxalá, o mais importante dos orixás nas duas religiões, tem na etimologia do nome a influência árabe vinda dos muçulmanos. Na tradição iorubá, o nome da divindade suprema é Obatalá. Alguns historiadores acreditam que a mudança pode ter vindo a

### **CONSULTORIAS**

Carolina Ferreira, historiadora formada pela UFRJ e pós-graduada pela Cândido Mendes;

Hilário Ferreira, professor de serviço social, graduado em ciências sociais e mestre em história social.

### **FONTES**

**Site** Portal BBC ([www.bbc.com](http://www.bbc.com));

**Livro** *Rebelião Escrava no Brasil - A História do Levante dos Malês em 1835*, de João José Reis, publicado pela editora Companhia das Letras em 2003.



A comunidade negra superou o racismo institucionalizado e deu início a um movimento que reforçaria sua resistência e expandiria sua cultura

**Texto** Guilherme Mantovani/Colaborador  
**Edição** Carolina Firmino  
**Design** Ana Paula Maldonado



# Ode a quem resiste!

**A** luta por direitos igualitários e pelo fim definitivo da segregação racial sempre simbolizou uma empreitada ativa e persistente. Os rastros da História tornam absolutamente necessário confrontar as inquietantes práticas racistas que atravessaram os séculos e cicatrizaram a Humanidade; algumas vezes camufladas de interesses políticos, outras enraizadas em problemáticas sociais e diversas, fruto de inerência ao ódio. Contudo, tal discussão esteve ainda mais em evi-

dência na década de 60: a memória do Holocausto – consequência dos doentios discursos de Adolf Hitler sobre superioridade racial – ainda era muito vívida, e o apartheid – regime instaurado na África do Sul, no qual a liberdade era suplantada pelo racismo legalizado – estava em seu auge. Além disso, foi um período em que inúmeros movimentos e frequentes discursos reivindicatórios agiam como um contraponto às ações discriminatórias, especialmente nos Estados Unidos.

## Black power

Punhos cerrados no alto do pódio 1968 também foi um ano importante para o esporte mundial devido à realização das Olimpíadas no México. Contudo, a imagem mais famosa dos Jogos desta edição não representava nenhum atleta no auge de sua prática esportiva, mas sim um ato político. No segundo dia de competições, uma das provas mais conhecidas do atletismo – os 200 metros livres – foi disputada. O pódio, reservado para os três melhores colocados, recebeu dois norte-americanos negros: Tommie Smith e John Carlos, medalhas de ouro e de bronze, respectivamente. Quando o hino estadunidense soou na praça esportiva, ambos chocaram o público com uma atitude espontânea: baixaram ligeiramente a cabeça e ergueram desafiadoramente um braço, com uma luva preta nas mãos, formalizando a saudação consagrada pelo movimento Black Power. O próprio corredor australiano, Peter Norman, que terminou na segunda posição, declarou seu apoio aos companheiros ao receber a medalha de prata com um distintivo do Projeto Olímpico pelos Direitos Humanos – associação que defendia o boicote dos negros aos Jogos para chamar atenção para o racismo – no peito. A imagem dos três atletas no pódio se tornou uma das cenas mais icônicas do esporte e o maior protesto da era moderna das Olimpíadas, calcado em uma forte representação de resistência e afirmação do movimento negro.



VIPS





FOTO NCAA Photos/Colaborador/Getty Images

### *Raízes históricas*

A intensificação do racismo no país mais influente do mundo está intimamente atrelado à sua história. O problema ganhou contornos políticos após o fim da Guerra Civil Americana iniciada em 1861: o episódio deflagrou um intenso conflito entre o sul e o norte dos Estados Unidos – que, por consequências históricas de práticas colonizadoras, defendiam interesses totalmente antagônicos, incluindo a manutenção ou a abolição imediata da escravidão. Com a vitória dos estados abolicionistas do norte, as algemas do trabalho forçado sulista se quebraram, mas a liberdade estava longe de se propagar por todo o país – afinal, uma ferida centenária como a escravidão dificilmente pode ser curada com um estalar de dedos.

Os negros passaram por uma difícil inserção igualitária na sociedade, ainda mais com a assinatura em comum acordo dos estados confederados do sul das leis de Jim Crow, baseadas no princípio de “iguais, mas separados” e, portanto, responsáveis por institucionalizar a segregação: muito similar à prática que o apartheid consolidaria anos mais tarde. O convívio entre ambas as raças era terminantemente proibido; diferentes escolas, clubes e até banheiros foram dissociados para que negros e brancos os frequentassem de forma distinta.

### *O adeus de um líder*

Um terreno de repressão é um terreno fértil para o nascimento de líderes. E um dos mais icônicos do século XX sem dúvidas foi Martin Luther King. Pastor, ativista político e um verdadeiro arauto da igualdade de direitos, o norte-americano foi responsável por fundar a Conferência da Liderança Cristã do Sul, onde passou a chefiar energeticamente campanhas e passeatas inspiradas nos ensinamentos do pacifista indiano Mahatma Gandhi. Já na década de 60, King conseguiu liberar o acesso dos negros aos parques públicos, bibliotecas e escolas. Porém, quatro anos mais tarde, um novo e importante passo rumo à liberdade plena foi dado, com a assinatura da Lei dos Direitos Civis. A lei garantiu ao líder, inclusive, o honroso Prêmio Nobel da Paz pela prestação de tangíveis e significantes serviços à comunidade internacional. Em 1968, King deixou de ser um nome para se tornar um legado calcificado na eternidade. Sua trajetória

foi interrompida por um assassinato: baleado, enquanto descansava na sacada de um hotel em Memphis.

### *Panteras Negras*

Fundado em outubro de 1966, a organização denominada Panteras Negras nasceu na Califórnia, e que surgiu se definindo como uma patrulha cidadã: o polêmico grupo revolucionário defendia a ideia de que a defesa armada era imprescindível para a luta contra a opressão dos negros – e este era justamente o aspecto mais controverso e criticado de sua doutrina. O grupo atingiu seu ápice em 1968, quando chegou a ter dois mil membros e escritórios nas principais cidades dos Estados Unidos. A partir do crescimento de sua influência no país, inúmeros movimentos culturais nasceram, oriundos justamente da representatividade negra cada vez mais propagada. Porém, conflitos urbanos – em especial contra o policiamento –, que resultaram em mortes de ambas as partes (entre 1966 e 1970, por exemplo, 15 policiais e 34 panteras foram mortos em tais embates), aumentaram a insatisfação externa ao grupo. Por conta disso, em 1968, o próprio FBI classificou os Panteras Negras como “a maior ameaça à segurança interna americana”.

O descrédito do movimento fez seus integrantes repensarem suas formas de ação e buscarem outras vias de demonstrar seu propósito: a partir de então, o grupo direcionou seu foco para serviços de assistência social a comunidades negras, que casou justamente com o auge de sua influência. Dentre os projetos, os mais comuns eram a disponibilização de café da manhã nas escolas para crianças desfavorecidas e a viabilização de clínicas de saúde. O movimento foi oficialmente dissolvido no início dos anos 80 devido aos desgastes constantes com o governo norte-americano: isto porque, no auge da Guerra Fria, os Panteras se declaravam com uma postura abertamente socialista. Portanto, eram críticos ferrenhos do imperialismo estadunidense, especialmente em relação à intervenção militar na Guerra do Vietnã.

---

#### **FONTES**

Sites [www.ebiografia.com](http://www.ebiografia.com);  
[www.diariodocentrodomundo.com.br](http://www.diariodocentrodomundo.com.br);  
[www.afreaka.com.br](http://www.afreaka.com.br)



O debate sobre  
apropriação  
cultura levanta  
questionamentos  
sobre a verdadeira  
preocupação em  
valorizar a cultura  
afro-brasileira

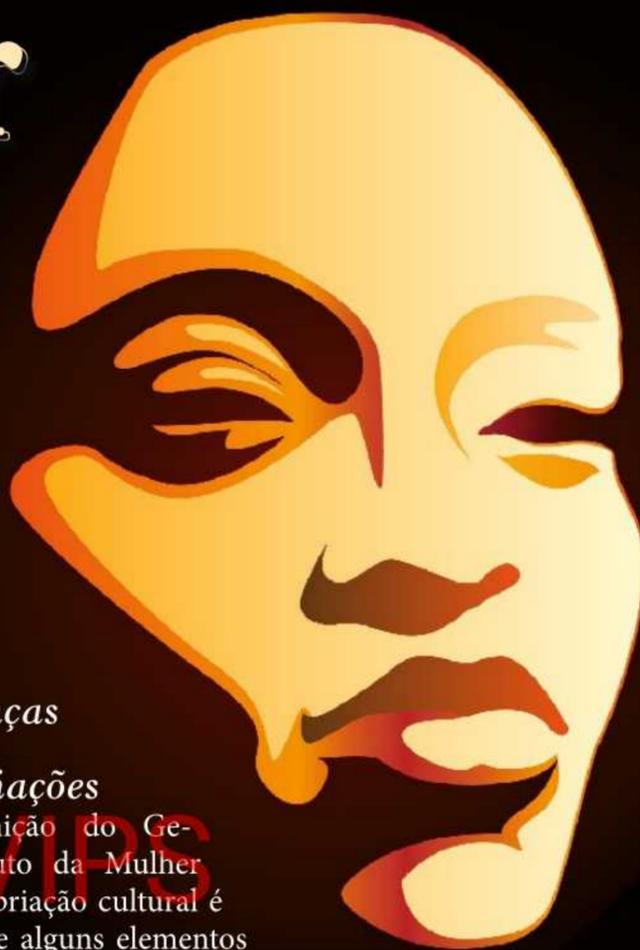
**Texto** Fábio Toledo/Colaborador  
**Design** Ana Paula Maldonado

# Quem quer ser negro?

**D**esde sua chegada à América, africanos e descendentes tiveram suas religiões e atributos culturais desmerecidos e reprimidos por uma sociedade branca. Com muita luta e esforço, certos costumes vindos do outro lado do Atlântico sobreviveram entre as gerações e ganharam força novamente nas lutas por direitos dos negros. Assim, elementos da cultura africana se tornaram símbolos da resistência negra: o cabelo rastafári e os turbantes representam anos de luta diária; o candomblé, são os cultos de raízes africanas que sobreviveram ao tempo; a capoeira, a forma de resistir fisicamente presente na roupagem de um jogo. Costumes cada vez mais presentes que passam a ser apreciados e adotados por pessoas de histórias distintas. É aí que vem uma das principais discussões sociais dos últimos tempos: a apropriação cultural.

## *Diferenças entre apropriações*

Na definição do Ge-  
lédes Instituto da Mulher  
Negra, apropriação cultural é  
“a adoção de alguns elementos  
específicos de uma cultura por um  
grupo cultural diferente. Ela descreve  
aculturação ou assimilação, mas  
pode implicar uma visão negativa  
em relação à aculturação de uma  
cultura minoritária por uma cultura  
dominante”. É justamente esse fator  
de assimilação de uma cultura mi-  
noritária por uma dominante que  
causa polêmica. Primeiramente, é  
importante notar que, na atualidade,



o processo de globalização desenvolve-se nas áreas econômica, política, tecnológica e cultural, e está muito ligado a qualquer discussão nos referidos campos. “Vivemos a experiência da globalização cultural. Nesse contexto, o uso de turbantes e dreads tornaram-se parte do universo das apropriações culturais. O indivíduo que não pertence às referidas culturas apropria-se de símbolos e estilos de vida, como consequência do processo de globalização cultural”, relata Luciano Gomes dos Santos, professor de antropologia e sociologia.

### Questão de moda?

Bruna Nekis é negra e trancista, aprendeu a fazer tranças aos 12 anos e levou isso como profissão. Entre alisamentos, cortes e maquiagens, aquilo que ela prefere em seu trabalho são as tranças nagô, conhecidas no Brasil como enraizadas. Seu público é majoritariamente de origem afro-brasileira, mas, devido ao destaque que a mídia dá aos cabelos trançados, vem sendo procurada por outros tipos de público também. Apesar desse aumento da clientela, Bruna percebe que são fases da moda que provocam essa busca. “Se está na moda, as mulheres aderem ao visual. Mas caso deixe de ser tendência, elas voltam com o cabelo ao normal. Já o público negro, por sua vez, não encara isso como moda. Faz parte do seu dia a dia. Além de ser prático, pois não embarça, facilita até mesmo a vida de mães que têm muitos filhos com cabelos assim. Usar cabelo trançado faz parte de nossa cultura”.

Ela também relembra a importância do penteado para a cultura negra, indo além das inspirações das tendências da moda. “Nossos antepassados tinham orgulho do cabelo trançado. Cada espécie de trança cumpria um papel de significados nas diferentes tribos. Elas identificavam as viúvas, as solteiras, os líderes e qualquer outro tipo de atribuição

social. Até vejo uma admiração sincera de muitas meninas. Mas se hoje pode ser uma questão de moda e inspiração, um dia foi preconceito, luta e resistência”.

Enquanto uma parcela da sociedade acredita que a campanha contrária pela propagação de costumes vindos dos africanos seria um “racismo reverso” por parte dos negros, outra leva em consideração o fator descartável que as tendências de moda podem causar. “As marcas culturais são valorizadas segundo as tendências estabelecidas por grupos economicamente dominantes, composta quase que em sua totalidade por pessoas brancas. Tal postura não se trata de racismo praticado por pessoas negras, mas de uma posição decorrente da disparidade de situações vivenciadas por grupos étnico-raciais que, em tese, deveriam compartilhar das mesmas condições sociais”, constata Daniel Almeida dos Santos, assessor da Prefeitura de São Paulo em questões de políticas de integração étnico-racial.

Contudo, ele considera ser arriscado afirmar categoricamente que uma pessoa utilizando turbante, dreads ou outra expressão deseja mostrar ao mundo uma forma de levante cultural. “Talvez o uso daquele elemento corresponda unicamente ao seu modo de se sentir adequada à determinada ocasião, tão somente após olhar-se diante de um espelho, sem concretizar a mínima intensão de personificar um símbolo, que, de fato, remete ao legado cultural africano”. A mesma situação estaria ligada às religiões de matrizes africanas e à capoeira.

### Problema sistematizado

A apropriação da cultura negra por parte da branca dominante poderia propagar princípios dos afro-brasileiros, até mesmo atribuir a tão buscada igualdade entre as etnias que compõem a maior parte da sociedade tupiniquim. No entanto, de nada vale aos negros a “fagocitose” de sua cultura sem a valorização daqueles que por séculos procuram mantê-la viva, ou até mesmo da retirada de aspectos de um contexto no qual é um enorme desrespeito retirá-lo. A filósofa Djamila Ribeiro expõe em seu artigo *Apropriação Cultural é Um Problema do Sistema, Não de Indivíduos* uma cruel realidade: “Falar sobre apropriação cultural significa apontar uma questão que envolve um apagamento de quem sempre foi inferiorizado e vê sua cultura ganhando proporções maiores, mas com outro protagonista. Enquanto terreiros são invadidos, há marcas que acham cult colocar modelos brancos representando Iemanjá”.

O texto foi publicado no portal *AzMina* e levanta outros questionamentos. Djamila acredita que boa parte das pessoas brancas não tem culpa de se opor ao discurso dos negros de apropriação, pois muitas desconhecem os valores em discussão. O que existe na realidade é um problema estrutural e sistêmico, então precisamos entender como esse sistema funciona.

#### CONSULTORIAS

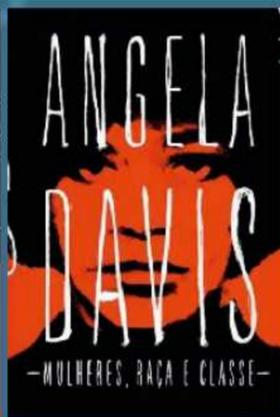
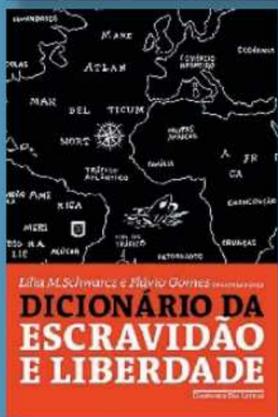
Luciano Gomes dos Santos, professor de antropologia e sociologia da Faculdade Arnaldo, de Belo Horizonte (MG); Daniel Almeida dos Santos, mestrando em políticas públicas pela Universidade Federal do ABC. Atualmente, assessora a Prefeitura de São Paulo em questões afetas a políticas de integração étnico-racial; Bruna Nekis, cabeleireira, maquiadora e trancista.

#### FONTES

Artigo *Apropriação Cultural é Um Problema do Sistema, Não de Indivíduos*, de Djamila Ribeiro (disponível no site [azmina.com.br](http://azmina.com.br))

Site [geledes.org.br](http://geledes.org.br)





IMAGENS Reprodução

# Palavras essenciais

**Histórias Não (Ou Mal) Contadas – Escravidão, do Ano 1000 ao Século XXI**

**Autor:** Rodrigo Trespach  
**Editora:** Harper Collins

temporâneo da sociologia brasileira, *A Elite do Atraso* revela as estruturas ocultas às quais estamos submetidos.

**Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 Textos Críticos**

**Organizadores:** Lilia Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes  
**Editora:** Companhia das Letras

Com o objetivo de comemorar criticamente os 130 anos da abolição, o livro reúne 50 textos dos maiores especialistas sobre o tema – de historiadores a cientistas políticos, antropólogos, sociólogos etc. É considerado grande referência para quem deseja se aprofundar em novas pesquisas, comparações e contestações sobre o tema.

Selecionamos alguns livros para ajudar na compreensão dos temas escravidão, raça e representatividade

**Texto** Carolina Firmino  
**Design** Ana Paula Maldonado

O livro apresenta – a partir de uma pesquisa extensa e com uma linguagem clara e dinâmica – fatos pouco conhecidos sobre a escravidão em geral. De russos vivendo em condições de servidão ao papel das comunidades religiosas na dominação de vários povos, Rodrigo revela diversas curiosidades nada agradáveis sobre uma série de histórias do passado e do presente. O autor aborda ainda a exploração sexual vivida por muitas mulheres e a presença da escravidão moderna em lugares diferentes no mundo – inclusive de crianças.

**A Elite do Atraso – Da Escravidão a Bolsonaro**

**Autor:** Jessé de Souza  
**Editora:** Estação Brasil

Nesta obra, Jessé traz uma nova visão sobre as causas da desigualdade no Brasil e reescreve a história da sociedade de uma maneira irônica e ousada. Segundo o sociólogo, as explicações para a corrupção política, por exemplo, datam da escravidão e da maneira como o país sempre lidou com a questão de classe. Clássico con-

**Mulheres, Raça e Classe**

**Autora:** Angela Davis  
**Editora:** Boitempo

A mais importante obra de Angela traça um panorama histórico e crítico sobre lutas sociais diversas, como antirracista, anticapitalista, feminista e antiescravagista. O livro é considerado um clássico sobre interseccionalidade de gênero, raça e classe. Outras sugestões da autora: *Mulheres, Cultura e Política* e *A Liberdade É Uma Luta Constante*.

**HISTÓRIA**  
EM FOCO

História em Foco -  
História da Escravidão  
Ano 4, Nº 9 - 2019

**EDITORA-CHEFE** Viviane Campos **EDITOR** Ricardo Piccinato **REDAÇÃO** Bruno Ribeiro, Carolina Firmino e Érika Alfaro **DESIGN** Ana Paula Maldonado e Josemara Nascimento **ESTAGIÁRIOS** Douglas Françoza, Gabriel Jaquer e Matheus Santos (Redação), Laura Alcará (Design) **GRUPO EDITORIAL** Fernanda Villas Bôas (Assistente editorial), Otávio Mattiazzo Neto (Criação e desenvolvimento de produto), Lissandra Mahnis (Circulação) Alexandre M. Carmo (Tecnologia e revisão gráfica) **COLABORADORES** Fábio Toledo e Guilherme Mantovani **IMPRESSÃO** GRAFILAR Gráfica

**CONSELHO** João Carlos de Almeida e Pedro José Chiquito **DIRETOR EXECUTIVO** Silvíno Brasolotto Junior **DIRETOR COMERCIAL** Marcelo Pelegia **EDITORA EXECUTIVA** Mara De Santi **EQUIPE COMERCIAL** Marcio Costa e Beatriz Souza **Mercado Regional (DF)** ARMAZÉM DE COMUNICAÇÃO (61) 3321-3440, (RJ) PLUS REPRESENTAÇÃO (21) 2240-9273 **publicidade@astral.com.br** **MARKETING** Gerente Fláviana Castro **marketing@astral.com.br** **ENDEREÇOS BAURU** Rua Gustavo Maciel, 19-26, CEP 17012-110, Bauru, SP. Caixa Postal 471, CEP 17015-970, Bauru, SP. Fone (14) 3235-3878, Fax (14) 3235-3879 **SÃO PAULO** Alameda Vicente Pinzon, Nº 173, 4º Andar, CEP 04547-130, Vila Olímpia, São Paulo, SP. **ATENDIMENTO AO LEITOR** © (14) 3235-3885 De segunda à sexta, das 8h às 18h **atendimento@astral.com.br** Caixa Postal 471, CEP 17015-970, Bauru, SP



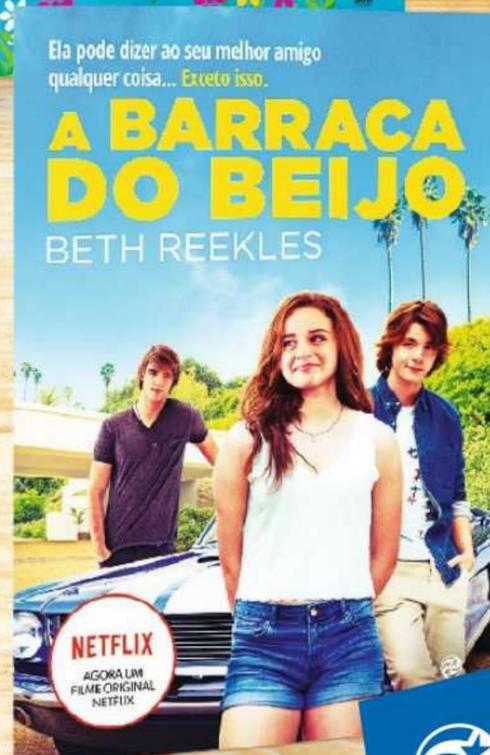
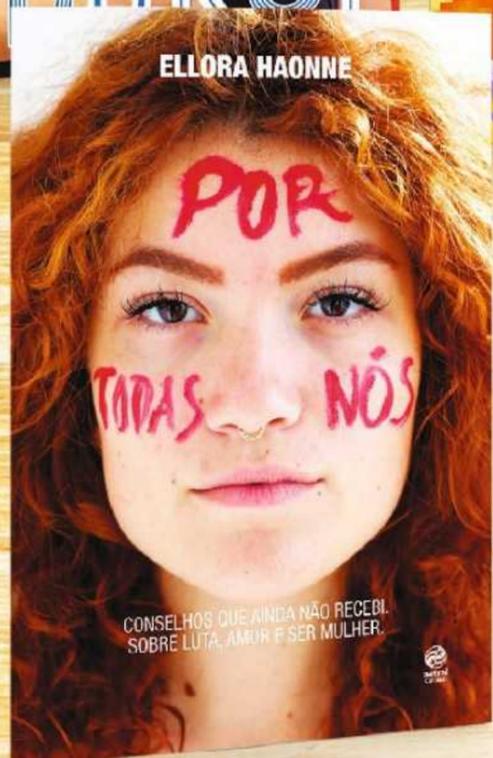
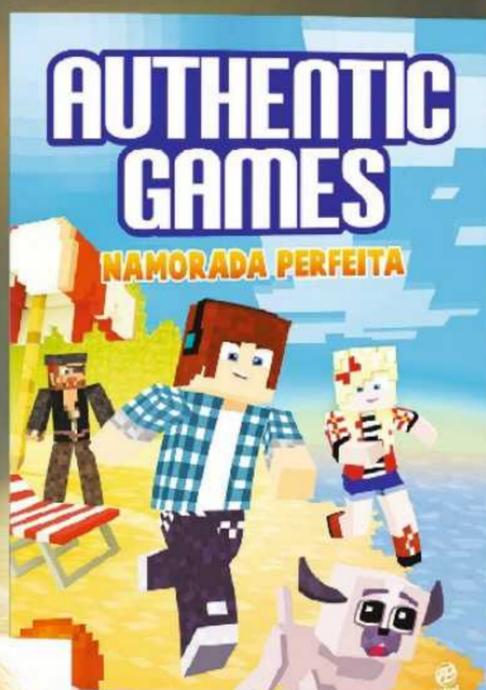
©2019 EDITORA ALTO ASTRAL LTDA. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. PROIBIDA A REPRODUÇÃO.



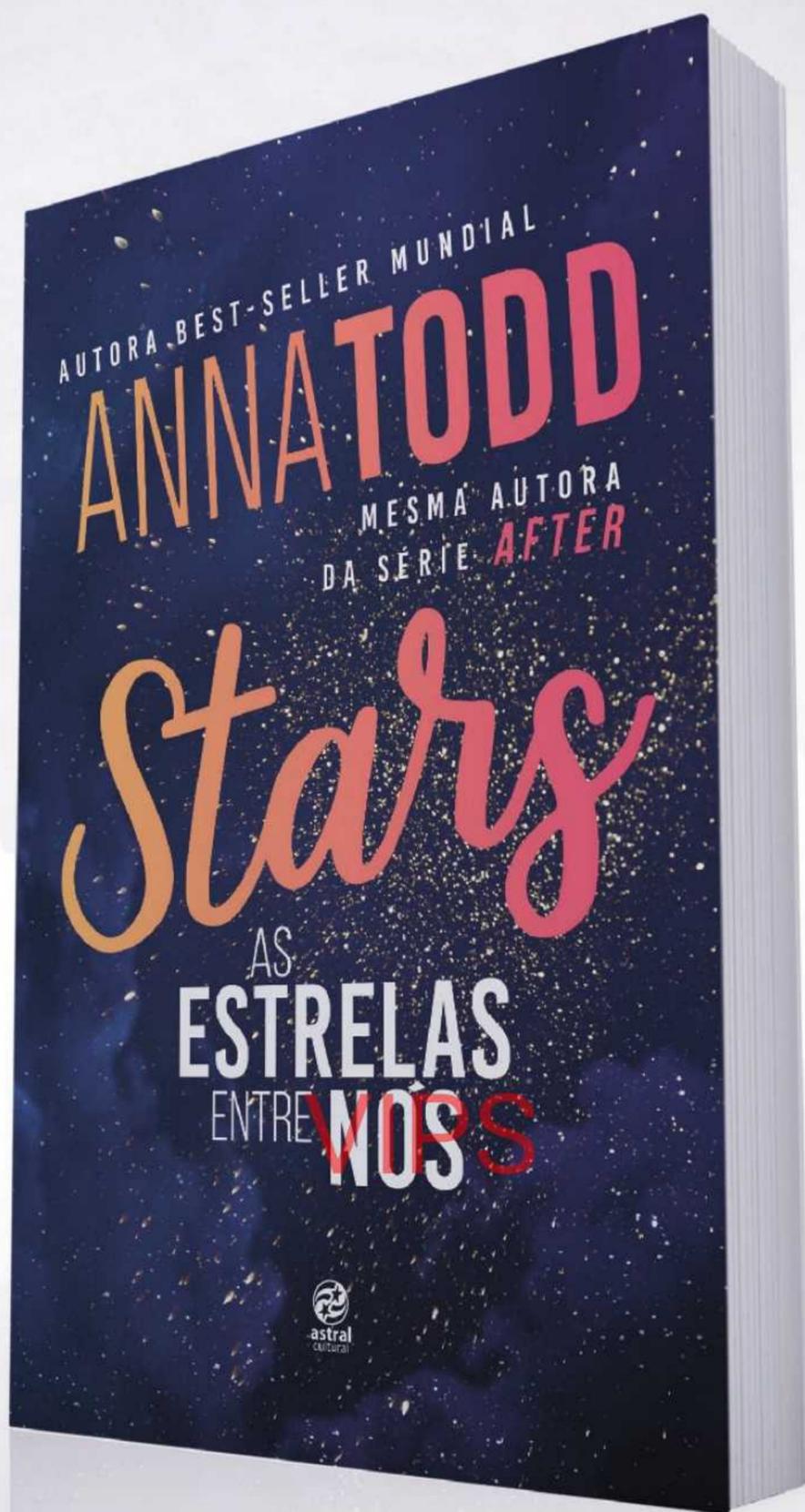
**ANUNCIE** E-mail [publicidade@astral.com.br](mailto:publicidade@astral.com.br) Fone (11) 3048-2900



# CONFIRA ALGUNS DOS NOSSOS TÍTULOS



DEPOIS DE CONQUISTAR BILHÕES DE LEITORES  
AO REDOR DO MUNDO COM A SÉRIE AFTER,  
ANNA TODD ESTÁ DE VOLTA COM UM DRAMA  
**EMOCIONANTE E ENCANTADOR.**



DISPONÍVEL NAS  
MELHORES LIVRARIAS!

